Desde 1947
Ano LXVII

jornalnossavoz.wordpress.com
info@casadopovo.org.br

Rua Três Rios, 252
Bom Retiro, São Paulo - SP

JUNHO/JULHO DE 2014

Nº 1012

Nossa Voz

אונדזער שטימע

우리 목소리

Nuestra Voz

Fotos: Luiza Sigulem

A Ch'alla

ação por
Bernardo Zabalaga

relatório crítico
por Beto Shwafaty

São diversos os rituais que atravessam nossas vidas: do ascender de velas a cerimônias de casamentos, passando por gestos como lavar as escadas em certos dias do ano e jogar sal grosso atrás da porta. Um ritual é um conjunto de palavras e gestos, imbuído de simbologias e codificado pelas tradições de um povo e de um lugar. Ele acontece no encontro de pessoas e objetos, no tempo e no espaço, reconectando-os a um determinado ambiente ou memória. Música, dança, festas, roupas, comidas – todo um universo imaterial e material, conjugados – podem compor atividades que objetivam uma certa ordenação social, cultural e política. O ritual instaura-se, então, na medida em que surgem necessidades específicas para dar sentido a certas práticas sociais. Ele não está necessariamente ligado a um ato religioso, mas faz parte das ordens de relações que nos permitem ser sociedade, cultura, povo, cidade e indivíduos.

A ação artística e performática **Nossa Ch'alla**, que Bernardo Zabalaga propôs para o projeto **Nossa Voz**, possui todas estas preocupações. Ela surgiu do desejo de adensar e aprofundar as relações da Casa do Povo com o bairro do Bom Retiro, com a história do espaço, com o seu presente e o seu futuro. A partir de uma ação coletiva, Bernardo se apropriou do ritual andino da **ch'alla** para conectar os que estavam presentes à instituição e suas narrativas (antigas ou recentes), e de certa forma atualizar os ideais e compromissos da Casa do Povo diante do novo contexto em que o espaço se insere.

(continua na próxima página)

AÇÕES

Foto: Luiza Sigulem

O sopro da Ch'alla

(continuação) ▶

A **ch'alla**, constitui-se como um ato de reciprocidade com **Pachamama** (deidade máxima de culturas andinas, relacionada à terra, à fertilidade e ao feminino – a representação de uma entidade Terra que está viva e em contato com todos os seres). Ela baseia-se no gesto de regar a terra ou outros bens com álcool e elementos simbólicos, em agradecimento ao que foi alcançado. Existem variações de como executá-la: no campo, pode-se cobrir a terra com pétalas de flores e enterrar uma panela de batatas cozidas, cigarros, folhas de coca e álcool para alimentar **Pachamama**. Na cidade, normalmente decora-se um imóvel com flâmulas coloridas, pulverizando álcool, sementes, pétalas de flores e doces distribuídos pelos cantos de onde se realiza o ritual. Esses procedimentos são sempre acompanhados de uma festa regada a bebida, comida, música e dança, e todos que participam ofertam e agradecem, reforçando assim um pedido de prosperidade. A **ch'alla** é um ato de reciprocidade e alegria pelo que nos é dado e conquistado, pelo que nos é permitido ser e ter, nas esferas individuais e também coletivas.

Um elemento usual na **ch'alla** é a **apxata**: um pequenino altar colorido, também chamado de mesa, onde as ofertas são feitas e reunidas. O **apxata** é adornado e coberto por **frutos, doces**, especiarias, cereais, doces, vinho, álcool, pétalas de flores, e deve ser queimado junto com madeira aromática a fim de defumar o ambiente. Posteriormente, as cinzas que sobram dessa queima-defumação são enterradas, retornando à **Pachamama**. Se inicialmente a **ch'alla** parece estar ligada a um procedimento religioso, percebemos ao mesmo tempo que ela possui um dado prático e social: agradecer por algo para poder prosperar.

Pautada nesta tradição andina – e buscando atualizá-la artisticamente –, **Nossa Ch'alla** encontrou inicialmente certa resistência de alguns membros do conselho da Casa do Povo. Parecia ser uma atividade demasiada religiosa e folclórica para cumprir o objetivo de ser a primeira ação do projeto **Nossa Voz** a refundar metaforicamente Casa do Povo. As objeções encontradas por Bernardo surgiram também devido à natureza da formação histórica desse edifício-monumento-vivo: criado por imigrantes judeus em memória aos que morreram na **shoah**, nos campos de concentração nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, a Casa também é baseada em uma posição ideológica de esquerda muito precisa, progressista e, em certa medida, também laica. De fato, o termo refundar não é preciso no que se propunha a ação de Bernardo, e, apesar de ter sofrido por longos anos de falta de investimentos e manutenção, a Casa do Povo manteve-se em pé, permanecendo sempre aberta e oferecendo atividades para seus frequentadores.

Após um diálogo estabelecido entre o artista, os curadores do projeto e os membros do conselho, chegou-se a um entendimento mútuo para a realização da **Nossa Ch'alla**. Cerca de duzentas pessoas estiveram presentes na ação que aconteceu no dia 4 de abril de 2014, estimulando ali, um novo cenário de mestiçagens, histórias e situações sociais diversas. A **Ch'alla** expôs a potência da Casa do Povo em abrigar outros povos que agora vivem no bairro, afirmando-se e atualizando-se como um espaço progressista de convívio, aprendizado e cultura.

Fica claro que é exatamente o dado cultural emergido da **ch'alla**, que ativou as possibilidades de refletirmos acerca do papel da Casa do Povo e do bairro do Bom Retiro hoje: um lugar que há um século acolheu os primeiros imigrantes judeus, poloneses e italianos e que agora recebe novas ondas imigratórias: coreanos, chineses e bolivianos dentre outros. Pode-se dizer que este é um bairro-casa. Como cada comunidade lida com esse universo e encontra seus meios de convivência, é, ainda, um rico universo a ser explorado.

Nossa Ch'alla apontou para uma nova configuração de contato entre esses grupos, e ainda, causou uma inflexão no que pode significar hoje praticar um espaço que foi pensado como um monumento vivo e progressista diante de uma cidade que cada vez mais trona-se agressiva, insensível e aterradora para todos. Uma ideia foi impulsionada: de que a Casa do Povo pode novamente ser uma parte ativa e receptiva do bairro. Uma casa onde, partindo de suas diferenças internas e externas, pessoas das mais diversas origens podem se encontrar, formando assim um novo povo para essa casa.

Ao final, a ação de Bernardo e de todos os que participaram desse singelo, porém, poderoso ato, serviu não apenas para trazer boas energias à Casa do Povo, mas para nos reconectar ao local, ao bairro, e às suas histórias. Foi o momento de encontrar antigos lugares e novos amigos. **Nossa Ch'alla** ativou novamente a Casa do Povo dentro de uma micropolítica pautada nas dinâmicas do local e, ainda que por uma noite, acionou a energia de todos como um grande corpo social e coletivo em festa. A ação também permitiu aos outros que vivem no bairro adentrarem e conhecerem o edifício. Se há reciprocidade com a **Pachamama** nesse ritual, essa também é direcionada aos que estão ao nosso lado. Que **Nossa Ch'alla** se repita de tempos em tempos, quando for novamente época de agradecer, para prosperar. Quando for necessário se reencontrar, para festejar e falar, com uma e muitas de nossas vozes.

■

Beto Shwafaty é artista e pesquisador. Esteve envolvido com práticas coletivas, curatoriais desde o início dos anos 2000. Shwafaty é um dos artistas convidados e membro do comitê editorial do Nossa Voz.

Imagens da Nossa Ch'alla que aconteceu no dia 4 de abril na Casa do Povo. Na última foto, o Grupo Samulnori, conjunto de percussão tradicional coreano sediado no Bom Retiro. Samulnori é realizada com quatro instrumentos musicais coreanos, cada um deles representa um som da natureza.

Bernardo Zabalaga Antes de mais nada, gostaria que me falasse um pouco sobre você.
Erik Fernández Peredo Hoje me considero um explorador da rua, e busco através de minha cultura e meus conhecimentos levar um pouco disso para lá.
Depois de passar por diversos trabalhos me descobri, ou melhor, me encontrei com aquilo que estava ao meu lado todos os dias.

BZ E qual seria essa sua cultura?
EFP A cultura boliviana, da qual muitas vezes eu me afastava. Mas agora entendo isso que sou boliviano de sangue. Procuro eliminar o preconceito que existe através do meu trabalho, da minha história de vida e da minha família. Sou nascido aqui, mas o que represento é a Bolívia. Foi duro entender isso, mas hoje percebo quanto tempo perdi...

BZ Essa sua ligação realmente me faz pensar muito na minha história, na minha forma de me sentir boliviano. Eu nasci lá, meu pai é boliviano, mas minha mãe é portuguesa. É como se a gente fosse os dois lados de uma mesma moeda.
EFP Exato. O que eu mais procuro agora é apresentar o que sou para quem não conhece, porque sou a Bolívia por meus atos e práticas, ou seja, meu trabalho do dia a dia.

BZ Qual é sua prática?
EFP Procuro não me prender a um círculo, mas extrapolá-lo e expandir a cultura e o conhecimento a partir do que faço, que é cozinhar na rua.

BZ Você acha que traz um diferencial por conta da sua herança cultural, algo que faz com que sua forma de trabalho e abordagem sejam únicas se comparadas às do resto dos vendedores de comida de rua?
EFP Acho que o único diferencial seria o fato de criar algo bem autêntico, mantendo a essência do boliviano, além de servir e receber bem as pessoas e os amigos.

BZ Lembro que no dia da **Nossa Ch'alla**, brinquei com você que para ser boliviano era preciso saber "fazer uma ch'alla". E na verdade, essa brincadeira, foi o que ajudou a manter as brasas acesas.
EFP Me lembro bem, me lembro que eu disse que não fazia ideia do era a **ch alla**, e mesmo assim me senti atraído por aquilo.

BZ Algo te puxou para ficar ao meu lado. Havia algo na sua forma de fazer as oferendas, de se dirigir aos cantos, que me fez pensar que você tinha absoluta certeza do que estava fazendo. Já eu... só sabia que tinha de seguir em frente!
EFP Algo que estava no fundo de minhas lembranças. Não sei de onde tirei aquelas coisas. Apenas fiz, puxado por aquela gostosa sensação de alívio misturada com uma forte energia. E senti a necessidade de seguir o que você estava fazendo.

BZ Tem duas coisas que me impressionaram muito. Uma foi essa energia que nos levou sempre em frente, seguindo um percurso quase nem planejado. A outra, foi como seu sopro era super bem-vindo pela **ch'alla**. Cada vez que você soprava sobre a oferenda, ela continuava acesa. Era como se o ritual levasse a gente.
EFP O sopro, isso foi engraçado a princípio. Mas quando percebi que eu conseguia, era como se fosse eu que tivesse que fazer aquilo. E isso me levou até o fim.

BZ Sim, você não era o único ajudando e, no entanto, parecia que com você a coisa funcionava melhor. Realmente fomos como que suspensos do tempo normal, e se criou uma energia superforte para todas as pessoas.
EFP Eu sou muito sensitivo, e sabia que estava no local certo e na hora exata. Eu precisava estar lá, acho que para entender o que ia fazer dali pra frente. Foi um divisor de águas na minha vida.

BZ É nesse ponto que volta essa sensação de havermos sido levados por uma força maior que a gente. Foi um grande alívio sentir seu apoio. O ritual é mesmo assim, é preciso estar ao lado das brasas e fazê-las arder bem. Essa é a **ch'alla**, a luta para conseguir manter o calor e queimar a oferenda.
EFP Isso tudo veio em um momento de muito sofrimento que eu e minha família passávamos. Sua ajuda não veio apenas para mim, acho que você encorajou as coisas em minha casa também. O restaurante da minha mãe, mesmo aos pouquinhos, vem atraindo mais clientes. Não que tudo tenha sido resolvido, mas os nós estão sendo desatados.

BZ Que legal isso, foi um movimento lindo para todos. É assim, quando você agradece, a **Pachamama** te dá. E imagina, havia 200 pessoas na **Nossa Ch'alla**. Seria lindo saber como correu a vida dos outros após aquele dia na Casa do Povo.

AÇÕES

EFP Fiquei curioso. Mas não basta apenas participar. É preciso crer também. Senti algumas pessoas reticentes na hora. Por outro lado, algumas até pediam para serem defumadas, mesmo não sabendo que bem aquilo traria.

BZ No dia que eu estava botando os cartazes, encontrei uns bolivianos no bairro que me falaram isso, falaram que tem que crer...
EFP ...mas os bolivianos são muito fechados.

BZ: Também senti isso! Qual é sua relação com a comunidade do bairro?
EFP: Fraca. No máximo um bom-dia, ou boa-noite.

BZ Eu senti que a comunidade boliviana não é tão visível quanto a coreana.
EFP A coreana também é fechada, só que ali eles estão no mundo deles. O Bom Retiro é terra de coreano. Assim como a rua Coimbra é terra de bolivianos. Não só ali. No Brasil, os bolivianos já são a segunda maior comunidade, perdem apenas para os portugueses. Vi isso em uma matéria de jornal.

BZ De repente penso que o seu trabalho é mudar a percepção que as pessoas têm dos bolivianos.
EFP Exato. Quero lutar contra o preconceito das pessoas que consideram os bolivianos sujos, burros e outras coisas que já ouvi falar. E a gastronomia é uma ferramenta importante que fala muito de minhas origens. Ao apresentar a comida, você transmite cultura.

BZ Eu já moro há dez anos fora da Bolívia e já fui bem discriminado quando morava na Europa.
EFP Imagino. Aqui sinto isso quando começo a falar de minha comida. Tenho a missão de mudar essa visão. Acredito que quando conseguir montar um **food truck**, terei mais força. Por isso estou correndo atrás de grana para realizar isso.

BZ Antes de acabar, gostaria que você me falasse como explicaria, para alguém que não tem ideia, o que é uma **ch'alla**.
EFP Antes de tudo é preciso criar a curiosidade nas pessoas, para que tenham vontade de participar.

BZ Claro, esse trabalho eu tive de fazer com o Conselho da Casa do Povo...
EFP ...e comigo também foi assim. A **ch'alla** proporciona uma viagem através de um ritual andino. Dizer que aquilo irá causar a sensação de se viajar pela cultura boliviana.

BZ Essa cultura que tem a ver com algo que você já faz todos os dias quase sem saber, quando vende suas comidas, dá algo a mais, sempre.
EFP Sim, há uma troca. Proporciono a viagem e eles me proporcionam o fato de poder falar a respeito das minhas raízes. Mas nem todos estão abertos a conhecer... Por isso digo que a **ch'alla** foi um divisor de águas.

BZ Porque isso ajudou a entender algo mais profundo?
EFP Sim, me conheci. Havia uma barreira que me impedia de me conectar com essa cultura, talvez pelo fato de tanto conviver com aquilo, quando na verdade era apenas a minha essência.

■

Erik Fernandes Peredo é proprietário e cozinheiro no food truck La Cholita.

Esforço coletivo

Bernardo Zabalaga Gostaria que você começasse com uma espécie de relato do primeiro dia que nos encontramos, lá na Casa do Povo, na reunião com o conselho quando fui apresentar a proposta da **Nossa Ch'alla**.
Jairo Degenszajn Devo dizer que, num primeiro momento a ideia da **ch'alla** assustou ao colegiado da Casa do Povo, que em sua tradição, ou eu diria, na sua prática, sempre se afastou de rituais ligados à religião. A Casa do Povo surge e se qualifica politicamente sob uma óptica marxista, e, provavelmente por este motivo a cultura judaica e a história do povo judeu sempre foram analisadas sob um prisma sociológico ou, quem sabe, político mesmo.

BZ Sim, entendi isso durante esses primeiros encontros e me ajudou a modificar a forma como imaginava a ação. Devo confessar que ter levado esse "baque" inicial foi muito importante para o resultado da **ch'alla**. Mas voltando àquele dia, quando cheguei falando de ritual andino, fumaça e coisas ligadas a um esquema religioso, ficaram todos assustados.
JD Exatamente. Houve um susto geral. Entretanto, me pareceu, durante o evento, que as pessoas, mais que imbuídas de um espírito de religiosidade, estavam lá para homenagear o espaço e, a partir do ritual, do incenso, dos "cheiros", se agregaram em prol da Casa.

BZ Tive que pensar com mais força em como navegar as resistências. Foi algo que na verdade me veio depois desse nosso encontro inicial, a ideia de pensar que a **ch'alla** poderia ser o veículo para colocar o corpo no espaço, incumbido de uma ação que pudesse ser ela mesma uma ponte para materializar essa homenagem. Dar forma a essa intenção para além dos aspectos mais sutis que o ritual inferia.
JD Durante a **Nossa Ch'alla**, testemunhamos pessoas criando seus próprios rituais: as pessoas dançavam ao som dos tambores coreanos, ao som das músicas bolivianas....

BZ Sim, para mim na verdade foi uma surpresa ver toda aquela mobilização, não estava a espera. Levei um susto mesmo quando vi como o coletivo havia se entregado a dançar, cantar e participar. Foi lindo ver como esse laço se fazia corpo, pessoas de todas as idades e origens também...
JD Havia um sentimento de agregação em torno de algo comum. A Casa do Povo, ao mesmo tempo, sendo o cenário onde os "povos" se encontram e, dialeticamente, ser por eles homenageada.

BZ Como foi para você a experiência?
JD Foi uma experiência singular. Eu mesmo, não sou dado à manifestações ritualísticas, embora seja inegável que lá emanou-se algo subjetivo forte.

BZ Pela sua resposta sinto que na verdade a **Nossa Ch'alla** foi um movimento do coletivo.
JD Sim. Quanto a isso não restou qualquer dúvida. A força a que me referi vem, exatamente, deste esforço coletivo.

BZ Porém, sei que houve micro movimentos também. Me lembro da Amanda , secretária-geral da Casa do Povo, no fim, sentada ao meu lado nas escadas chorando, me agradecendo pela linda experiência e por aquilo que tinha significado para ela, nem sei bem como falar disso mas me parece que despertou uma sensação de restabelecer algo nela. A **ch'alla** evoca justamente isso numa escala coletiva, um movimento de restabelecer o laço, afirmar, como você bem falou no discurso inicial.
JD As vivências subjetivas, são por óbvio, individuais. Entretanto, estas subjetividades se materializam quando convergem em algo afirmativo; neste caso restabelecer ou reafirmar um compromisso. Um compromisso com um espaço vivo, para gente viva.

BZ Sim, e realmente pensando nisso, na quantidade de pessoas que estavam lá reunidas me faz pensar nesse compromisso como uma atitude ética. Na verdade, essa era a minha vontade desde o início, fazer uso do dispositivo que a **ch'alla** trazia para poder ajudar a materializar essa subjetividade, criar essa abertura...
JD Acho que, se este era o seu interesse, podemos dizer que foi um sucesso.

BZ É por isso que mais do que especular sobre o que possa ter gerado ou aberto para as pessoas que participaram, ou para a Casa do Povo como um todo, me faz sentir que mais do que um ponto de virada ou inflexão, o rito pode ser pensado, e aqui incluo a noção andina, desde a perspectiva do cíclico. Renovou as forças e os ânimos para encarar um novo ciclo.
JD Eu não sei, exatamente, como pensar no cíclico. Eu vejo os processos coom grandes ciclos, mas que não voltam a um ponto. Eu não sei se a **ch'alla** foi um vetor de mudança. Acho que ela se insere num momento muito profícuo do espaço. A sua realização só foi possível porque forças renovadoras vêem pensando e vivendo esse momento. Acredito que as coisas não acontecem por acaso, por destino. O que ocorre é um encontro. Neste caso, um encontro positivo.

BZ Isso para mim também faz mais sentido, na verdade era isso que estava querendo dizer. Mais do que ser um momento específico, sinto que a **Nossa Ch'alla** acompanhou um movimento, marcou de certa forma a celebração de algo que já está acontecendo.
JD Perfeito!

■

Fotos: Luiza Sigulem

Jairo Degenszajn é presidente da Casa do Povo e membro do conselho editorial do Nossa Voz.

Bernardo Zabalaga é performer e estuda a prática xamânica em um cruzamento entre arte e cura. É um dos membros do comitê editorial do Nossa Voz e artista convidado do projeto.

AÇÕES

El Hadji Sy no primeiro encontro da ação Doris Criolla, proposta por Amilcar Packer, no dia 17 de abril na Oficina Cultural Oswald de Andrade.

Foto: Luiza Sigulem

Doris Criolla

Conversa entre Amilcar Packer e El Hadji Sy

é uma pesquisa que parte da etimologia e dos usos históricos das palavras sinônimas crioulo, criollo e créole. Se apresenta em almoços e jantares, onde são servidos pratos baseados em receitas de cozinha crioula, servindo de desparador para mediar conversas sobre alimentação, história e geopolítica.

Amilcar Packer ...experimenta, é um tipo de pimenta... é interessante o que você diz, pois já da última vez você falava em civilização crioula.
El Hadji Sy Sim. A língua crioula é um dado que faz parte de um conjunto de valores civilizacionais que podemos chamar de crioulidade, e que incluem língua, comida, moda; algo fascinante! Nada mais que a palavra, quando você diz crioulo, é uma abertura à miscigenação, duas coisas diferentes que se encontraram. É o fato do encontro.

AP Falávamos em **oralitura**, uma abordagem que se não exclui a escrita, a sustenta em uma prática oral, uma literatura oral que aprecia aspectos materiais como fonética, ritmos, intenção, etc.; tudo isso é importante para a expressão, para a comunicação; não há privilégio do sentido sobre o signo. Se bem entendo, a separação entre continente e conteúdo, entre signo e significado, não faz sentido no que você chama de **oralitura**. Podemos pensar que estes encontros não predominam relações de força, poder, ou mesmo hierarquias.
ES Estes dias recebi um livro de Édouard Glissant, quem falou muito em crioulidade; **Introdução a uma poética da diversidade**. Quando ele fala em crioulo, imediatamente nos desconectamos do Ocidente; é onde digo que se trata de uma cultura das relações, que nasceu de encontros; a base de tudo isto é a miscigenação, e não a língua, mas uma **modus operandi**, literalmente falando, uma abertura. Há poetas que conheci, do Haiti; de um deles vou traduzir um poema para a Bienal; Jean François Brière; haitiano que viveu no Senegal.

AP Do Glissant, penso também no **Filosofia da relação: poesia em extenso**; a crioulitude é a possibilidade de estabelecer campos relacionais, onde talvez não haja uma primazia, um poder do sentido, pois se trata sempre do que está posto em relação. Relações, mesmo se são originais, enquanto configurações singulares, estas nunca se reivindicam, como sendo originárias e primordiais, como me parece, o pensamento ocidental geralmente tenta fazer, mitificando-se. Isto me faz pensar que o catolicismo diz: "no princípio era o verbo ¸ palavra originária... estou divagando, mas enfim, penso em outras tradições que não instituem na origem, uma palavra, mas um som: AUM .
ES É aberto...

AP Sim, com certeza, é aberto. Aum, um som; que pode até tornar-se uma palavra, mas onde cada corpo agencia, incorpora o som. Não se trata da exterioridade de uma palavra, ou de um sentido, mas da imanência da palavra expressa. **Oralitura**. Divagando novamente, penso no que você dizia em relação a estabelecer algo que não é da ordem do ocidente, pois as relações de poder estabelecidas no e pelo ocidente privilegiam o significado por sobre o uso das coisas e as relações se estabelecem no fazer, ao invés da valorização...
ES ...de algo que está lá, e que existe...

AP Sim, da coisa estática e que preexiste.
ES Estamos nas dinâmicas; nas abordagens dinâmicas! Algo que é realmente importante na comunicação é ter uma dinâmica. Não simplesmente falação... Muitas vezes o processo é mais importante do que o efeito. Chegamos no que pode ser chamado de procedimentos.

AP Procedimentos crioulos.
ES Procedimentos, modos de funcionamento. A palavra tem já em sua fonética algo de negro. Quando você diz crioulo, não é chinês, não é europeu. Mas o que é então? É como se fosse uma estética, uma estética nascida do encontro. Brière veio ao Senegal para o Primeiro Festival Mundial de Arte Negra; Aimée Césaire também esteve presente... então Brière ficou; ele retornou ao Haiti apenas para morrer, em menos de dois anos de seu retorno, ele morreu... eles foram chamados de poetas da diáspora...

AP Diáspora e crioulidade.
ES Estão intimamente relacionadas!

AP No "Manifesto Antropofágico", Oswald de Andrade diz: "Queremos a revolução Carahiba. Maior que a Revolução Francesa. A unificação de todas as revoltas eficazes na direção do homem". Estou lendo **The black jacobins**, livro que C. L. R. James escreveu em 1938, que conta a revolução em Santo Domingo. A constituição haitiana diz: "Somos todos negros". Entre outras coisas, me parece que há nisso um deslocamento importante da cor em termos de raça, para a cor em termos de estado, de civilização; "somos todos negros" não é uma civilização...
ES ...de *blacks*...

AP ...mas uma civilização com outros procedimentos.
ES Há um cientista senegalês, o Cheikh Anta Diop, que estudou a anterioridade da civilização negra, as culturas africanas pré-colonização. Ele explica como os primeiros seres humanos vieram da África, do Quênia, e como o seu corpo secretou a melanina, que dá a cor negra, para protegê-los do sol; Cheikh Anta Diop. A cor da pele está relacionada com a geografia, a relação ao sol; a pele muda... Se você ficar no sol, você vai bronzear. Se eu passo um inverno na Europa, fico cinza, perco melanina.

AP Nos últimos anos, ocorreu uma forte imigração haitiana para o Brasil; o exército brasileiro foi Capacete Azul no Haiti. Lendo **Black Jacobins**, pensava em como uma nação que realizou uma revolução de tamanha magnitude, por várias décadas, sofre uma instabilidade política, econômica e social; me pergunto se o Haiti não paga hoje por este fato histórico; como se houvesse uma vingança internacional por meio do descaso...
ES De qualquer forma eles já pagaram um tributo muito caro, porque a primeira revolução em relação ao poder, foi no Haiti, muito mais poderosa do que a Revolução Francesa; está claro.

AP Mas também está claro que isso não é ensinado nas escolas.
ES Evidentemente.

AP A Revolução Francesa é considerada como um dos momentos históricos da humanidade...
ES Sim, no que diz respeito à declaração...

AP ...dos direitos humanos.
ES Sim, mas a declaração dos direitos humanos começou com a revolução do Caribe, porque foi uma tomada de posição: o escravo que não se arma em relação ao seu destino, que não se revolta, não merece que nos preocupemos com seu destino. Isso fazia parte dos dados de personalidade... recusar-se à alienação, submissão, e tudo o que leva à despersonalização... algo terrível. Muitas vezes se faz pergunta do porquê de os escravos não se rebelavar? Primeiro, porque eles estavam desnutridos, eles não tinham força, mas não é só isso, havia todo um processo de despersonalização em curso.

AP Ao mesmo tempo, como disse Walter Benjamin, "a história é a história dos vencedores". A maioria das pessoas que se revoltaram foram mortas, e disto não sabemos quase nada; não sabemos quem foram essas pessoas. Pequenas revoltas, dizer não, recusar-se a fazer algo tendo como resposta certa a morte, isto mal está representado nos números, dados abstratos; mas por trás destes números, há pessoas que se revoltaram, e acho injusto dizer que não houve revolta... mesmo porque morrer em silêncio, de fome, se negar, isto é também uma revolta. Não deveríamos desprezar o poder dessas pequenas revoltas, pois provavelmente podem ter dado força...
ES ...a outras...

AP A outras revoltas que talvez tenham nos levado a revoluções. Acredito que as características que estamos atribuindo à civilização crioula são capazes de prevenir a disseminação e sistematização de operações e situações de violência extrema, pois se estamos falando em modos de fazer, em procedimentos, em vez de objetos estáticos, falamos de ética, de uma civilização baseada na ética, e não em uma moral, uma vez que esta trabalha com conteúdos do tipo: o bem, o mal.
ES O bem e o mal, isso traz a guerra!

AP A cultura crioula, essa operação ética, cria outro ser humano, produz outras subjetividades, que não se baseiam unicamente na racionalidade pura, em um modelo único de inteligência; é por isso que quando falamos em **oralitura** se trata apenas de um simples deslocamento, mas da real possibilidade de criar outros mundos.
ES A capacidade de criar outro mundo, criar outro...

AP ...não é uma coincidência que você fala de poesia, a poesia é um outro tipo de inteligência...
ES Se me lembro do poema de Brière, que vou publicar na Bienal:
ES Situações de revolta

"...
Cinco séculos vos viram armas na mão
vocês ensinaram às raças exploradoras
a paixão pela liberdade;
Em Santo Domingo, vocês balizaram suicidados
pavimentando pedras anônimas
o sendero tortuoso que se abriu uma manhã
a via triunfal da independência.
E vocês mantiveram nas fontes batismais,
apertando com uma mão a tocha de Vertières
e com a outra quebrando as correntes da escravidão,
o nascimento da Liberdade
de toda a América espanhola.
Você espera a próxima chamada,
a inevitável mobilização
porque a vossa guerra somente conheceu trevas,
porque não há terra onde não tenha sido derramado o teu sangue,
língua onde a tua cor não tenha sido insultada.
você sorri, Black Boy,
você canta,
você dança,

Vocês ninam as gerações
que aumentam a todas as horas
nas frentes de trabalho e tristeza,
que ascenderão amanhã ao assalto das bastilhas
para os bastiões do futuro
para escrever em todas as línguas
nas claras páginas de todos os céus,
por mais de cinco séculos
em Guiné,
no Marrocos,
no Congo,
em todos os lugares enfim, onde as tuas mãos negras
deixaram nas paredes da Civilização
marcas de amor, graça e luz...

Fragmento de **Black Soul**, de Jean François Brière.
Tradução livre de Amilcar Packer

...

AP Absolutamente.

ES "Saindo das trevas,
Você pula sobre o ringue
Campeão mundial
batendo a cada vitória
o gongo sonoro das reivindicações
da raça.

...

AP Maravilhoso!
ES Ah, sim! A paixão pela liberdade; é isso!

AP E a paixão pela liberdade, passa por não se submeter à compreensão. Viver em um estado no qual não somos obrigados ao entendimento; que é também um forma de controle. E a vida não se restringe à compreensão, e tudo do que estamos aqui falando...
ES ...são atos...

AP ...uma civilização crioula, é a possibilidade de...
ES ...propor novos atos, em todos os registros em todos os níveis...

AP E a paixão pela liberdade se exerce na escolha, em ser coautor em todos os níveis.
ES A crioulidade como dinâmica de implicação e tomada de posição; com certeza. A humanidade precisa disso.

AP O que me faz voltar para o que você falava em relação a uma estética crioula como capacidade de contínua invenção.
ES É estranho o que sinto em grandes museus da Europa. Quando vejo coleções, que foram feitas por antropólogos e etnólogos que tomaram objetos com funções específicas e os deslocaram, ganhando outra função, mais contemplativa; mas o objeto que está à sua frente, quando você olha para ele, alguns destes mantiveram sua ansiedade, e não se dão somente ao ver. Não preciso saber quem é o autor, pois a forma, a ansiedade que ele emana mostra a capacidade do autor, ou seja, sua inteligência, e isso é muito forte! Isto pouco importava ao antropólogo, ao etnólogo, a evidência é colocar estes itens em um registro de anonimato, como se não houvessem autores; contudo o objeto em sua fisiologia, mostra de onde vem, contém vestígios de um grupo étnico, de uma civilização.

AP Talvez não precisamos saber quem é o autor, o que não significa não saber que houve um autor. Devemos estabelecer relações distintas com estes objetos, já que sua capacidade está não somente em portar uma ansiedade, mas em sua potência para um tipo de transmissão desta ansiedade, o que nos obriga a uma recomposição da vida.
ES Há 10, talvez 20 anos, falava-se muito sobre restituir objetos a seus países de origem, algo bem complicado, porque implica recriar lugares de acolhimento, que não serão semelhante ao atuais; tampouco podemos restaurar os seus lugares originais. Isto parece não considerar o que os artistas, intelectuais e outros autores podem ver, pois são eles que irão digerir o que veem e reinventar em outras formas.

AP É um pouco a isso que você se refere quando fala em memória do futuro?
ES Mas é claro! Projeções! Devemos ser capazes de fazer projeções, o que a política não é mais capaz de fazer. Os que trabalham com o espírito e a abstração têm a capacidade de fazer antecipações, e ultrapassar o que está aí. Devemos antecipar e exceder o que está aí, se não, congelamos...

AP No passado?
ES No passado... Há um trabalho de laboratório a ser feito para sermos capazes de dissecar os principais constituintes. Em termos matemáticos, seria criar uma nova ordem de vetores, o que os políticos não são mais capazes de fazer. Remédios, quando expiram, devem ser jogados fora, e não ser adotados para combater outras doenças...

AP ...que estão no futuro.
ES Sim, você percebeb? É disso que se trata. É inevitável. Devemos fazer uma nova classificação, análise, experiência. Hoje há doenças que não têm remédio.

AP E já estamos criando novas doenças.
ES Sim, estamos criando novas doenças. Corpos, com suas capacidades e reservatórios, têm seus próprios sistemas de resistência, de autodefesa. Essas integridades quando não querem dizer mais nada, devem ser descartadas! Devemos criar outras. Isto significa a necessidade de financiar a pesquisa agora, coisa que os economistas não querem nem ouvir, nem falar.

AP Pesquisas deste tipo são capazes de perturbar os modelos dominantes, o que me faz voltar ao corpo, e como este tipo de invenção e pesquisa pode ser referido nestas implicações pois trata-se também de um processo de invenção dos corpos.
ES Sim.

AP Eu diria que os corpos, mesmo tendo uma dimensão individual, nunca se restringem ao pura e simplesmente individual e particular. Acho que podemos encontrar na crioulitude grande riqueza para pensar no tipo de corpos convocado, pois trata-se de um corpo de outra espécie, não aquele imediatamente presenciável, mas o corpo em várias camadas, habitado por diversas subjetividades, por inúmeras entidades, gerações, forças, línguas... quando você fala na presença de um sentido de "universal" na constituição do Caribe, isso me faz pensar que os corpos implicados não são corpos individuais, e muito menos unicamente humanos.
ES Uau... há imagens que estão surgindo em minha cabeça... Uau, uau, uau!

AP São estas imagens que fazem o corpo.
ES É isso! É um conjunto de sedimentos, não apenas de hoje, ou de ontem, signos portadores do amanhã. Quaisquer que sejam as mudanças, haverá novos sedimentos que irão fazer o corpo; enquanto estiver vivo, manterá seu caráter transformador. Extremamente importante! Então, em relação a pretensões, tenho que dizer que eu não sei nada; como podemos alegar saber algo se não sabemos nada do amanhã! Estamos em uma busca perpétua e devemos fazer atos.

Amilcar Packer é artista, pesquisador e um dos membros do comitê editorial do Nossa Voz e artista convidado do projeto.

El Hadji Sy é um artista e curador do Senegal. Irá participar da 31ª Bienal de São Paulo. Foi o convidado do segundo encontro do Doris Criolla.

ENSAIO

A dissonância do murmúrio

Por Fábio Zuker

Cuidado, cidadão!
Incêndios são causados
por sonhos mal-sonhados.

Afirma um bombeiro,
Personagem de **Vladimir Maiakóvski**

Se outrora movimentos políticos, sociais e artísticos compartilhavam uma concepção programática, construtiva com relação ao futuro, hoje ele é visto com receio, diante de possíveis tragédias ambientais, nucleares, e humanas. O futuro deixou de ser sinônimo de um lócus da liberdade e de redenção, ao qual se deveria chegar a qualquer custo.

No campo da esquerda atual, essa mudança na apreensão do futuro impõe problemas de grande envergadura. O chamado socialismo-científico, na maneira como se desenvolveu em muitos intérpretes da obra de Marx e sobretudo nas burocracias dos Partidos Comunistas, munido de seu poderoso instrumento de análise que é o conceito de materialismo histórico, oferecia uma leitura linear, embora repleta de tropeços, e otimista da história, na qual o desenvolvimento das forças produtivas desde sempre culminaria na chegada do comunismo. A experiência do socialismo em suas versões russa e chinesa foi capaz de colocar em cheque essa crença.

Vozes dissonantes, vozes menores, porém, não faltaram para complexificar essa certeza em um caminhar histórico rumo a um futuro redentor. Walter Benjamin, por exemplo, escreveu um de seus mais belos textos em 1940, **Teses sobre o conceito de história**. Construído por meio de alegorias potéticas, esboça uma teoria da história enquanto tragédia, ao qual transborda indignação em relação à posição oficial dos principais dirigentes da esquerda que insistia em analisar o nazismo como um tropeço, no contínuo caminhar histórico rumo ao comunismo.

Vozes que se preocuparam, em diversos momentos da breve história moderna, em imaginar outro desdobramento frente a projetos de desenvolvimento que pareciam (e que ainda parecem) certeiros.

Aprender a escutar esses murmúrios e ruídos que outrora dissonavam dos caminhos que estavam sendo traçados, essas vozes à esquerda da esquerda dominante. Esse me parece ser um bom caminho para se aproximar dos atuais questionamentos ao redor do modelo desenvolvimentista brasileiro, para abordar os movimentos que vem tomando as ruas do país, de modo massivo, há mais ou menos um ano.

O percevejo, de Vladímir Maiakóvski/

Escrita no final de 1928 com cenário de Ródtchenko e trilha sonora de Shostakóvitch , a obra tem origem no desespero de Maiakóvski diante dos rumos tomados pela Revolução Russa. Decepção essa que o levou a dar cabo à própria vida em 1930.

Após os primeiros momentos da euforia pós-revolucionária e do intenso momento de criatividade artística que a acompanhou, a implementação da Nova Política Econômica (NEP) ainda pelo próprio Lenin, já em 1921, dividiu opiniões. Acreditando na necessidade de fortalecer a economia da então nascente União Soviética, foi aceita a proposta de abrir mão de alguns preceitos revolucionários, permitindo a pequena propriedade privada e tomando medidas de incentivo à indústria e ao consumo. Com a instauração dos Planos Quinquenais, combinada à ascenção de Stálin e crescente burocratização da vida social, encerrou, ao menos para o autor, toda e qualquer esperança de sobrevida ao sonho que por poucos anos havia sido vivido como realidade.

A peça inicia com uma cena que transcorre em uma movimentada rua comercial. A crítica ao incentivo ao consumo e à burocratização é construída pelo modo desigual como os personagens são tratados, segundo tenham ou não o aval da burocracia soviética para comprar algo. O personagem central da peça, Prissipkin, acaba congelado, no ano 1929, durante uma enchente na fábrica em que trabalha, para ser descongelado por cientistas soviéticos cinquenta depois.

Renasce em mundo que não existe espaço para nenhum tipo de paixão, de gosto pela vida – um mundo esterilizado de vícios e paixões. Torna-se então uma espécie rara, a ser exibida em um zoológico como um exemplo do que um dia tinha sido o homem. Com ele, um percevejo, inseto historicamente identificado como propagador de inúmeras pragas na Rússia, é também levado ao futuro. Assim, sua volta é vista como um iminente perigo que o futuro acreditava ter extirpado do passado.

A política como multiplicação dos possíveis/

Chamei a atenção para o exercício de imaginação crítica proposto por Maiakóvski em **O percevejo** não por acreditar que o momento atual vivenciado no Brasil traga semelhanças ao soviético no período posterior à Revolução. Interessa-me, sobretudo, pensar a partir do desespero do poeta russo diante de um iminente caminhar da história que lhe parecia em tudo contrário ao que havia sido a concretização da Revolução. Era como se não tendo mais forças para discutir no presente, coubesse-lhe apenas imaginar as consequências das últimas decisões políticas no futuro. Como se tivesse algo a contar aos seus contemporâneos mas não soubesse como; e não pudesse fazê-lo a não ser pensando a partir de um futuro imaginário oposto àquilo pelo que havia lutado.

Essa leitura de **O percevejo** nos permite ressaltar, de maneira elogiosa, esse olhar crítico acompanhado de exercício imaginativo, diante de projetos que se querem construir como certeiros e unívocos. O meu entusiasmo com as movimentações políticas desde junho de 2013 é que, o projeto (neo-)desenvolvimentista do governo brasileiro, com todas as consequências estruturais que disso decorre, está pela primeira vez sendo questionado de maneira coerente e radical, na recente história democrática do país.

Não por acaso a redescoberta das ruas como espaço de protesto aconteceram no mesmo ano da instauração da Comissão da Verdade. A verbalização dos traumas da ditadura, durante anos recalcados em um silêncio constrangedor, parece estar relacionada com o crescimento de um movimento que se iniciou contrário ao aumento de tarifas de ônibus e em pouco tempo questionava uma série de outras contradições inerentes à vida nas metrópoles brasileiras e as consequências do modelo de desenvolvimento escolhido.

Junho/Julho de 2014
Ano LXVII
Nossa Voz
nº 1012

ENSAIO

Essa suposta sensação de rompimento com os traumas da ditadura não duraram muito, e a violenta reação da Polícia Militar demonstrou que existem ainda muito mais continuidades do que rupturas com o modelo político-econômico-social daquela época. A herança do desenvolvimentismo militar e o *modus operandi* da polícia são apenas dois dos fatores mais visíveis dessa permanência.

Certamente, movimentos sociais no Brasil nunca deixaram de existir e ocupar as ruas. Entretanto, nas dimensões desse último ano, com tal frequência, e mobilizando tantas pessoas parece ser algo único desde a redemocratização. Trata-se de algo novo também do ponto de vista das demandas: a campanha das Diretas Já não tocava em pontos substanciais da predominante ordem econômica e social. O movimento Fora Collor (1992) era ainda mais tímido, circunscrevendo-se a demandar a renúncia de um presidente eleito.

O que iniciava, então, a ser questionado de modo tão veemente a partir de junho do ano passado? A resposta não é evidente, e não pretendo aborda-la debruçando-me sobre esse ou aquele motivo.

Tenho a impressão, porém, de que uma indicação do exercício imaginativo que se ensaiava, e que persiste nos atos contra a Copa do Mundo, pode vir de uma reflexão oriunda das proposições do próprio Movimento Passe Livre, um dos grandes propulsores das manifestação. A pauta imediata levantada pelo movimento era a revogação do aumento dos 20 centavos no preço das passagens de ônibus no município de São Paulo. Mas algo para além disso estava também sendo colocado em pauta: a possibilidade de um transporte gratuito para todos.

Uma demanda que toca em pontos centrais do modelo econômico escolhido pelo país voltado ao progresso a qualquer custo e favorecendo sempre as classes mais abastadas, embora desde o governo Lula o Brasil tenha assistido a um momento único, porém tímido, de redistribuição de renda. A grande luta pela redemocratização, da qual tanto nos orgulhamos, não foi capaz de questionar o modelo de desenvolvimento arquitetado pelos militares (que difere profundamente de como havia sido pensado durante os anos Juscelino Kubitschek), e que é hoje reproduzido na democracia.

A experiência diária da vida nas cidades brasileiras está seguramente na origem desse descontentamento, em que as recentes transformações urbanas estão a serviço daqueles que menos necessitam. A Copa do Mundo assume então a imagem do coroamento dessas contradições, em que cifras astronômicas são dispensadas para um megaevento esportivo, e o Estado faz circular os investimentos dentro das próprias classes dirigentes – empreiteiras, agências de publicidade e marketing e patrocinadores, deixando de lado áreas como habitação, saúde e educação.

Hoje, com a Copa, ficou ainda mais claro que a insatisfação atravessa diversos setores sociais, como as recentes ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto em terrenos ao lado do Itaquerão e a invasão de prédios da empreiteira encarregada da construção do estádio demonstram. Nada negligenciável foram também os protestos indígenas, que se espalharam por diversos pontos do país. É o destino dos frutos do desenvolvimento que são colocados em xeque, e com eles, toda a lógica da concentração de renda e de uma série de outras consequências sociais.

Extrapolando as suas próprias causas, o crescimento dos protestos questionou dois outros pontos estruturantes de nosso momento histórico: a violência policial e o momento de melhorias sociais. A Polícia Militar é outra herança da ditadura militar que os protestos souberam questionar com muita ênfase. A total falta de respeito a direitos básicos por parte da polícia, a começar pelo mais elementar de todos, o direito à vida, é gritante no caso brasileiro.

Há, inclusive, aqueles que defendem a existência de um verdadeiro genocídio nas periferias das grande metrópoles, onde ser pobre, negro, homem, entre 16 e 30 anos é definitivamente perigoso – como apontam as estatísticas mais básicas. Estamos diante do regime democrático em que a polícia que mais mata no mundo, algo que diferencia muito o caráter repressivo das manifestações aqui da repressão em outros países democráticos.

O segundo ponto, que também constitui uma diferença com a movimentação política de países como Portugal, Espanha, Itália e Grécia, diz respeito às oscilações experimentadas pelas classes sociais. Nesses países, a insatisfação vem acompanhada de um sentimento de decadência, da sensação de que direitos sociais historicamente adquiridos através de lutas e tensões políticas, serem talhados por medidas de austeridade.

A isso, vale acrescentar dois pontos ainda débeis que marcaram as manifestações do ano passado. O primeiro, um certo pânico que dominou os movimentos políticos de esquerda diante da massificação das manifestações. Para aqueles mais acostumados à frequentar as manifestações e a fugir de uma polícia muito pouco empenhada em aceitá-los, os grandes protestos de junho em que pessoas não habituadas a usar as ruas como espaço de reivindicação tornaram-se a maioria, havia uma sensação justa de cooptação.

Assim, no lugar de pensar modos para expandir o debate para além de um determinado ciclo da esquerda, muitos militantes tiveram suas reticências, numa atitude algo vanguardista. Certamente, não é muito comum, nem confortável, ver os grandes veículos de informação apoiando as manifestações, tal mudança de opinião abrupta por parte de uma mídia que condenava os protestos até o momento que a violência policial tornou-se injustificável demonstra por si só os interesses em domesticar o movimento.

Diante da ausência de repressão que marcou os dois atos maiores gritos como que coincidência, não tem polícia, não tem violência!" tocavam no ponto nevrálgico do problema da violência policial. Não havia dúvidas de que o governo do Estado de São Paulo havia deliberadamente solicitado à polícia que não se encaminhasse à manifestação; jogada tanto ou mais sagaz quanto a volta da repressão aos manifestantes novamente restritos a pequenos grupos, poucos dias depois.

Se a minha linha interpretativa fizer sentido – insisto, acredito ser a primeira vez que o modelo desenvolvimentista brasileiro está sendo realmente questionado –, o segundo ponto frágil dos movimentos foi a pouca visibilidade que tiveram as pautas como a questão indígena e ambiental, ofuscadas pelos problemas urbanos. Uma falta cujo motivo da ausência ainda deve ser pensado. As questões indígenas, vieram a ter mais visibilidade em protestos realizados ao longo desse ano, organizados pelos próprios indígenas.

Muitos analistas falam em uma crise de representação como fator que uniria esses movimentos ao redor do mundo. Tenho certa dificuldade em entender o que esse termo significaria em cenários políticos tão opostos como as ditaduras árabes, os movimentos contra austeridade nos países europeus e as manifestações brasileiras. Gostaria, assim, de propor uma inflexão em formato de provocação, que construo a partir do que ocorreu na Espanha, em que os jovens indignados protestavam pela criação de novos empregos. Ou seja, valendo-se de uma frase de Wilhelm Reich, lutavam pelas suas próprias categorias de aprisionamento.

Longe de querer traçar demasiados elogios aos movimentos que ocorrem no Brasil, chamo a atenção que a indignação das pessoas diante desse processo desenvolvimentista, e das bases das quais depende para se manter, tem tido o papel sobretudo de colocar dúvidas a seu respeito, e não de construir uma resposta fechada como alternativa. Esse potencial, que em uma análise política mais conservadora poderia ser entendido como uma fraqueza, parece-me o ponto mais interessante desses movimentos. Diante de uma história que foi sempre escrita de cima, abre-se o debate sobre o que não se acredita que devam ser os rumos da política, da economia e da sociedade.

Este exercício de abrir um campo para imaginar o futuro a partir de uma discordância com relação aos rumos do presente é o que me parece estar ocorrendo hoje, uma imagem que fica mais clara a partir da leitura interessada da peça **O percevejo**, de Maiakóvski.

Termino, assim, enfatizando essa abertura de possibilidades dos atuais movimentos, com uma frase do antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro, em que afirma que uma boa política, aquela que me desperta simpatia de início, é aquela que multiplica os possíveis, que aumenta o número de possibilidades abertas à espécie, e só. Uma política cujo objetivo é reduzir as possibilidades, as alternativas, circunscreve formas de criação e expressão, é uma política que descarto de saída''.

■

Fábio Zuker é pesquisador e crítico cultural. É um dos coordenadores do jornal independente *O Gusmão*. Está envolvido desde 2013 no processo de ativação da Casa do Povo.

gol do Brasil
gol do Brasi
gol do Bras
gol do Bra
gol do Br
gol do B
gol do
gol d
gol
go
g
gr
gre
grev
greve
greve G
greve Ge
greve Ger
greve Gera
greve Geral

(por Priscila Manfrinati)

DO BAIRRO PARA A CIDADE

Cultura no Plano Diretor

Conversa com o vereador Nabil Bonduki

Por Ana Dupas e Daniel Kairoz

*O **Plano Diretor Estratégico (PDE)** é o conjunto de diretrizes que vai orientar o crescimento da cidade pelos próximos 16 anos. A Proposta de Substitutivo do novo PDE (Projeto de Lei 688/13) já passou por mais de 45 audiências públicas até ser aprovado em primeira votação na Câmara Municipal de São Paulo no dia 30 de abril de 2014. Foi aprovado na Câmara Municipal no dia 30 de junho.*

Para mais informações:
http://cidadeaberta.org.br/

Foto: Luiza Sigulem

Daniel Kairoz Que conceito de cultura está presente no Projeto de Lei do Plano Diretor Estratégico?
Nabil Bonduki O modo de vida, a maneira como as pessoas usam a cidade e se relacionam nos espaços, em especial no espaço público, faz parte da cultura. Embora não seja o que se convenciona chamar de manifestação, produção ou espaço cultural; isso faz parte da cultura de um povo: como ele se relaciona com o espaço e, no nosso caso, com o espaço da cidade.
O Plano Diretor tem uma concepção de modo de vida e de cultura de ocupação da cidade que busca estimular os espaços públicos e uma maior permeabilidade entre o privado e o público, introduzindo um modo de vida diferenciado daquele que temos vivido desde, pelo menos, os anos 1970, desde a época da ditadura, quando se começou a estimular um conjunto de comportamentos que levavam ao isolamento no espaço privado, à hipervalorização deste, à casa própria, ao uso do automóvel, à segregação, à separação entre as classes sociais. É essa cultura de cidade que o PDE busca romper. Tenho consciência que não é uma coisa simples e nem que irá acontecer de uma hora para outra. É um processo, mas não é só o Plano Diretor falando, isso também expressa movimentos que a sociedade está manifestando. Não é uma coisa isolada.

Quando a gente fala em estimular o transporte coletivo e modos não motorizados de mobilidade, proteção às áreas ambientais, estímulo à agricultura orgânica, fachada ativa, fruição pública nos lotes, esses são estímulos ao uso do espaço público. São coisas que caracterizam uma cultura de cidade. Assim o PDE tenta tratar dos espaços culturais, mesmo aqueles culturais privados – lugares onde existe uma relação afetiva com a população, como no caso de um bar que se torna um ponto de encontro e pode virar o lugar de um sarau. Esses espaços precisam ser protegidos. Embora privados, por terem proprietário e não serem espaços públicos entendidos como do Estado (acho que essa diferenciação entre público e estatal importante), são de acesso público, que precisam ter um estatuto diferente dentro da cidade, por não interessarem apenas ao seu proprietário. Isso está por trás da definição das [ZEPEC-]APCs, as Áreas de Proteção Cultural[1], que, embora privadas, são áreas de acesso público e de interesse público na sua manutenção. São lugares onde você vai, fica, encontra seus amigos, senta pra estudar. O conceito de ZEPEC – APC, é que estes espaços precisam ser preservados, e o Plano Diretor trata de cultura porque está trabalhando com essa ideia, e isso tem a ver com a questão urbana, seus instrumentos e modo de vida, que é chamado "cultura urbana". Quando se propõe que nos eixos de transformação os apartamentos sejam pequenos (média de 80 metros quadrados), subentende-se que a vida urbana não pode acontecer integralmente dentro dos espaços privados, que é necessário que se construa espaços públicos de encontro. Acho que o que está por trás da ideia do Plano Diretor é justamente estimular o modo de vida público, que acaba se relacionando muito com a cultura. O espaço por excelência da cultura é o espaço público.

DK Com relação ao capítulo que trata das ZEPEC, fala-se bastante da preservação do que já existe. Mas estímulos e fomentos para abrir, por exemplo, um novo espaço cultural são bastante tímidos. Não há um incentivo maior para que outras e novas atividades possam ser efetivadas a fim de fomentar esta ideia da cidade como espaço público.
NB A preocupação foi a proteção do que está sobre ataque, principalmente pelo processo imobiliário. Mas existem algumas propostas que insistem na importância de ter comércio no térreo...

DK ...a Fachada Ativa
NB A ideia da Fachada Ativa não é o comércio exclusivamente mas o não residencial. Pode ser o teatro, pode ser o cinema que nem o Cine Art Pálacio que tem o cinema embaixo e um hotel em cima. Isso tende a facilitar a multiplicação de espaços culturais da cidade. É claro que depende muito do empreendedor e do condomínio.

DK Não seria necessário fazermos uma diferenciação entre um pequeno e um grande empreendedor cultural? Por exemplo, uma rede de cinemas como o Cinemark, que tem uma capacidade de investimento enorme, teria mais acesso a estas fachadas ativas do que um pequeno empreendedor que queira abrir um cine-clube ou um teatro independente. Cabe ao Plano Diretor pensar nessa diferenciação das atividades culturais?
NB Em geral não são grandes empreendimentos. A Praça Roosevelt, por exemplo, com um grande número de teatros, ali tudo é térreo de edifício. Remete a uma época em que os térreos de edifícios eram lojas, cinemas e pequenos teatros. Não estamos na China onde o Estado vai lá e define o que vai ser feito, autoritariamente. Pode até ser uma coisa boa, mas eu sou contra o autoritarismo, mesmo para coisas boas. Nós não estamos impondo, dizendo: "você tem que fazer um teatro grande, ou pequeno", nós estamos criando uma possibilidade e, se for bem aproveitada, deverão surgir muitos espaços. Na hora que você tiver lugares, eixos, regiões em torno dos metrôs, haverá uma oferta grande de espaços de térreo e, provavelmente, pelo mecanismo do mercado, haverá espaços mais baratos que os que temos hoje. Claro que isto também está vinculado a uma mudança de mentalidade dos moradores e dos condomínios.

Ana Dupas No texto "Os riscos da mercantilização da cultura no Plano Diretor Estratégico de São Paulo", de Gabriel Fernandes e Euler Sandeville[2], existe uma crítica específica à proposta do vereador Andrea Matarazzo, dos Polos de Economia Criativa (PEC)[3]. O texto que diz que: "A maneira como estão formatados [os PEC] gera, de fato, um sistema em que se privilegia a cultura promovida segundo uma perspectiva empresarial e não aquela promovida cotidianamente pelas pessoas e pelos grupos culturais — ao contrário, mercantiliza esta cultura.

Entre seus objetivos estão o de estimular a valorização dos 'ativos criativos e inovadores' das grandes empresas e o de 'reurbanizar' áreas!

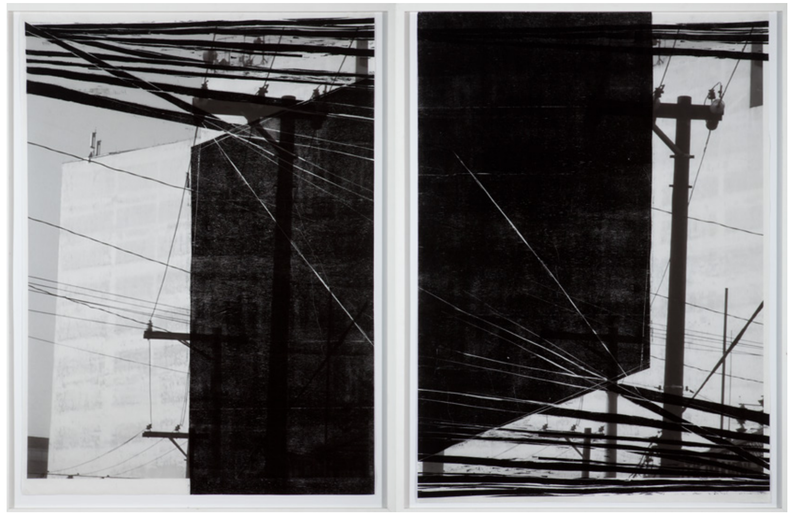
A soma de valorização de uma certa cultura com a intenção de reurbanizar áreas da cidade já foi vista em outras situações, as quais levaram ao que costumamos chamar de 'gentrificação'[1]: expulsão da população pobre que mora em certa região e sua substituição por um público elitizado. O PDE, como estão esses artigos, torna possível fazer isso sob uma aparente celebração da cultura: na verdade, segundo a perspectiva de um plano de negócios."
O quanto essa proposta da Economia Criativa presente na Proposta de Substitutivo dá margem para um processo de gentrificação no centro de São Paulo?
NB A minha ideia é que a gente possa ampliar esse conceito [de Economia Criativa] pra que ele não seja dirigido apenas para empresas, para um certo tipo de visão cultural que está mais ligada à economia da cultura, mas que seja possível introduzir aí também os coletivos culturais e os pequenos produtores. Mas a questão de reurbanização de área, é preciso tirar daí, isto está sendo colocado em outro lugar: na política do Centro. Não se trata exatamente de reurbanizar áreas, mas de reabilitar e diversificar sem gentrificar. Esse é o objetivo geral. Agora, é claro que isso acontece em muitas cidades do mundo: na hora que certa região começa a ser valorizada e a atrair muita gente, as coisas começam a ficar mais caras e isso acaba excluindo aqueles que não têm condições de pagar o preço do lugar. No PDE nós criamos mecanismos pra tentar proteger pelo menos algumas atividades: uma ZEIS[4] tem um pouco esse objetivo de evitar que determinada área se gentrifique; uma APC é uma forma de reconhecer que há atividades que se instalam em certos lugares (um teatro, por exemplo) e que mudam essas regiões e que essas atividades devem ser protegidas para não serem expulsas. Às vezes o pessoal acha que o PDE pode ir pra cima da Constituição e da propriedade privada. A gente tenta garantir a função social da propriedade, garantir proteção a usos que são importantes e que não podem ficar entregues ao mero negócio. Penso que temos que ter alguns mecanismos anti-gentrificação, anti-higienização, a ZEIS é um deles. A ZEIS era um pouco esquisita no PDE anterior [2002], mas com a valorização do salário mínimo, perdeu muito do sentido que tinha e agora foi feita uma mudança que irá deixá-la mais clara: as ZEIS que são bem de interesse social, até três salários mínimos; e as ZEIS com prioridade até dez salários mínimos. Onde o mercado pode atuar, mas que também atende a uma população que muitas vezes não pode pagar o preço de um centro da cidade ou de uma área mais valorizada. Então acho que para combater a gentrificação, do ponto de vista habitacional, a ZEIS é um mecanismo eficiente.

Não é diretamente matéria de Plano Diretor, mas, do ponto de vista de espaços pra cultura, nós temos que avançar um pouco mais. Não sei como. Precisamos criar mecanismo para a criação de espaços colaborativos, coletivos e que sejam protegidos e garantidos como um serviço público.

AD Existem alguns espaços que estão sob ameaça da especulação imobiliária e que reivindicam uma gestão pública compartilhada com a sociedade. Podemos citar a Vila Itororó, que teve uma parceria agora pra restauração da casa o teatro Cit Ecum, que tem 30 dias pra ser tombado, caso contrário, a propriedade será vendida dando lugar a mais um empreendimento de luxo na Consolação; o Teatro Oficina e o seu terreno do entorno, onde foi aprovado um projeto para construção de torres comerciais com um recuo de 1,80m do Teatro; e o Parque Augusta, cujo terreno pertence a construtoras que pretendem construir ali torres residenciais e comerciais, e por outro lado a população que já mora na região, que propõe uma gestão compartilhada de um parque que conserve toda sua área verde.
Como o PDE, caso fosse aprovado, poderia intervir nestes processos?
NB No caso da Vila Itororó, que já é público, é uma discussão de gestão. No caso do teatro Cit Ecum, a aprovação do Plano Diretor permitiria com muito mais facilidade ele virar uma APC e aí não significa necessariamente não fazer um prédio, mas qualquer prédio que fosse feito, teria o dever de levar o teatro em conta. Agora o Parque Augusta tem um problema. Os parques, de maneira geral vão ser muito beneficiados por causa das ZEPAM[5]. Qual o problema do Parque Augusta? Ali já tem um projeto [de construção das torres] tramitando para aprovação, na Lei atual...

AD mas não tem permissão pra construir...
NB Não, não tem permissão pra construir, mas tem o direito de aquele projeto ser analisado, porque eles entraram antes de virar ZEPAM. Então, nesse caso, é preciso fazer algum tipo de acordo com os proprietários, ou a prefeitura desapropriar, ou a transferência do direito de construir[6].

AD Pensando no convívio destes espaços citados com empreendimentos imobiliários, tanto no caso do Teatro Oficina quanto no do Parque Augusta e do Cit Ecum de certa forma, acho que a luta da população não é só pela existência desses lugares mas para a não supressão deles. O fato de você preservar o lugar com um prédio colado que faz sombra é interromper o fluxo público e a respiração do espaço.



Fernando Vilela
Cidade 3, da série "Cidades", 2012.

Impressão digital e xilogravura sobre papel, 159,2 x 219 cm. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Doação do artista, 2014
Crédito Fotográfico: Isabella Matheus

"Como ocorre com muitos paulistanos, são longos e intrincados os percursos que o artista Fernando Vilela realiza de automóvel pela cidade de São Paulo. Mas é desse observar a cidade em movimento que nasce seu trabalho. O registro pela fotografia é o primeiro gesto. A imagem se torna a base para intervenções sucessivas feitas com diversas matrizes de xilogravura."

Valéria Piccoli
curadora-chefe da Pinacoteca

NB Eu acho que nós temos que abrir mais espaços na cidade e recuperar espaços públicos existentes como as praças em volta dos terminais de ônibus no centro, Terminal Princesa Isabel, Parque Dom Pedro, Bandeira. Às vezes é mais barato fazer isso do que desapropriar um terreno privado.

DK Quanto que o PDE de 2002 foi eficiente? Há vários estudos que dizem que não foi. Levando isso em conta, qual é a possibilidade deste de 2014 ser? A partir do momento que for aprovado o Substitutivo, pra que realmente possa ser respeitado, quais são outros instrumentos necessários?
NB A única coisa que o PDE, por si só, dá consequência, é nas questões de uso e ocupação do solo. As outras dependem da gestão do poder público. Ele pode facilitar que aconteça ou não. Se você não tiver o poder público atuando, não adianta ter a ZEIS; vai ficar parada. Foi o que aconteceu em 2002, ficou parada e, conforme o salário mínimo foi valorizando, chegou um momento que começou a interessar ao mercado que começou a atuar lá. Nós não tivemos uma gestão pública interessada. O PDE de 2002 já falava de corredores de ônibus, mas ficou em suspenso. Agora já tivemos muitos avanços. Por exemplo, a discussão da cultura estava presente no PDE [de 2002] tem um capítulo bom sobre cultura, melhor até do que agora. Mas o PDE de 2002 entrou nas políticas setoriais sociais e não nas políticas culturais. Ficou mais na questão do território. Agora foi criado o Plano Municipal de Cultura[7]. Na época nem se falava disso. Essas áreas passaram a ter os seus pólos próprios, vai ter agora um Conselho de Cultura[8]. Para que querer discutir tudo no PDE? Já é muita coisa. Nós não tivemos a capacidade de pensar uma ZEPEC-APC naquela época. Acho que a sociedade também foi apontando coisas novas. E houve um agravante, que acho que precisamos estar atentos novamente, que a Lei de Zoneamento[9] de 2004 acabou reproduzindo muito do que já existia, ao invés de fazer algo mais efetivo. O PDE de 2002 não foi autoaplicável e quando veio a Lei de Zoneamento, foi desconsiderado, então se produziu coeficientes [de aproveitamento][10] altos em qualquer lugar da cidade. Você pega o mapa de coeficiente [de aproveitamento] 4 e está tudo pingadinho no meio da cidade, sem uma lógica...

DK O que garante que isso não aconteça novamente?
NB A determinação do Executivo! Por isso é importante que o PDE seja aprovado num prazo não muito longo, pra que já possam ser tomadas providências. Este Plano de 2014 é bem mais autoaplicável, que é o que muita gente não quer. Quanto mais retardarmos a votação, mais será fortalecida a cidade que a gente tem agora. E precisamos ficar atentos à Lei de Uso e Ocupação do Solo[11], porque ela que vai dar as regras mais executivas, enquanto o PDE é responsável em dar grandes diretrizes.

Nabil BondukiAna DupasDaniel Kairoz

1. A ZEPEC-APC é uma das 4 categorias de ZEPEC – Zonas Especiais de Preservação Cultural – que determinam "porções do território destinadas à preservação, valorização e salvaguarda dos bens de valor histórico, artístico, arqueológico, arquitetônico, urbanístico e paisagístico, doravante definidos como patrimônio cultural". Dentre as quatro classes de ZEPEC, a APC – Área de Proteção Cultural –, especifica "bens, imóveis, porções do território e espaços dotados de especial e peculiar interesse público relacionado ao seu uso e atividades ou valor afetivo, simbólico, histórico, memorial, paisagístico e artístico, cuja proteção é necessária à manutenção da identidade e memória do Município e de seus habitantes para a dinamização da vida cultural, social, urbana, turística e econômica da cidade". (fonte: PDE. Tít. II, Cap. II, sessão V, artigo 57 a 64.)

2. Gabriel Fernandes e Euler Sandeville integram o projeto Universidade Livre e Colaborativa. Euler Sandeville é também professor da FAU-USP e escreveu uma série de contribuições críticas ao PDE. Este e outros textos estão disponíveis no site espiral.fau.usp.br.

3. Os Polos de Economia Criativa (PEC) são territórios destinados ao fomento e desenvolvimento de atividades econômicas que compõem a economia criativa, entendida como o ciclo de criação, produção e distribuição de bens e serviços tangíveis ou intangíveis que utilizam a criatividade, a habilidade e o talento de indivíduos ou grupos como insumos primários, sendo composta por atividades econômicas baseadas no conhecimento e capazes de produzir riqueza, gerar emprego e distribuir renda. (fonte: PDE. Tít. III, Cap. I, Sessão III. Artigos 174 a 177.)

4. ZEIS Zonas Especiais de Interesse Social – são porções do território destinadas, predominantemente, à moradia digna para a população da baixa renda por intermédio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares, bem como à provisão de novas habitações de interesse social (HIS) e habitações de mercado popular (HMP) em áreas urbanas dotadas de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas, áreas verdes e comércios locais, entre outros atributos. (fonte: PDE. Tít II, Cap. II, Sessão IV, Artigos 41 a 56.)

5. ZEPAM Zonas Especiais de Proteção Ambiental – são porções do território do município destinadas à preservação e proteção do patrimônio ambiental, que tem como principais atributos remanescentes de Mata Atlântica e outras formações de vegetação nativa, arborização de relevância ambiental, vegetação significativa, alto índice de permeabilidade, e que prestam relevantes serviços ambientais, entre os quais a conservação da biodiversidade, controle de processos erosivos e de inundação, produção de água e regulação microclimática. (fonte: PDE. Tít II, Cap. II, Sessão VI, Artigos 66 a 69.)

6. Transferência do Direito de Construir – instrumento previsto pelo Estatuto da Cidade, e regulamentado pelo Plano Diretor Estratégico, que autoriza a transferência do potencial construtivo de imóveis urbanos privados ou públicos para viabilizar preservação de bens e áreas de interesse histórico paisagístico, ambiental, social ou cultural, para implantação de áreas verdes públicas, assim como projetos urbanísticos de interesse público, habitação de interesse social, etc. (fonte: PDE. Tít. II, Cap.III, Sessão II, Subseção III, Artigos 116 a 124 – Da Transferência do Direito de Construir.)

7. Os Planos Municipais de Cultura capilarizaram o Sistema Nacional de Cultura (SNC), contribuindo para dinamizar a gestão descentralizada das políticas culturais brasileiras (...). (fonte: planomunicipaldecultura.com.br)

8. O Conselho Municipal de Cultura é formado por representantes da sociedade civil, de todas as regiões da cidade e linguagens artísticas, além de representantes do poder público. Com caráter consultivo, deliberativo e propositivo. Minuta participativa disponível em: http://minuta.cultura.prefeitura.sp.gov.br).

9. Lei de Zoneamento (Lei nº. 13.885, de 25 de agosto de 2004) - Estabelece normas complementares ao Plano Diretor Estratégico, institui os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, dispõe sobre o parcelamento, disciplina e ordena o Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo. (fonte: Prefeitura de São Paulo – secretaria de Desenvolvimento Urbano)

10. Coeficiente de aproveitamento é a relação entre a área construída computável de uma edificação e a área total do lote ou gleba (fonte: Lei de Zoneamento [nº. 13.885]) O coeficiente de aproveitamento de um terreno é obtido pela divisão entre a área edificada e o tamanho do terreno. Se a área do terreno em questão for 200 metros e o coeficiente for 4, a área edificável pode ser até 800 metros.

11. Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) – parte da Lei de Zoneamento, que disciplina e ordena o parcelamento, uso e ocupação do solo. (fonte: Prefeitura de São Paulo – secretaria de Desenvolvimento Urbano)

DO BAIRRO PARA A CIDADE

Os Guarani, os tekohás e o Plano Diretor de São Paulo

Por Pádua Fernandes e Fabio Weintraub, do coletivo Índio É Nós

Foto: Luisa Sigulem

Em 5 de abril de 2014, na Casa do Povo, ocorreu em São Paulo o lançamento da Campanha "Índio é nós", em defesa das terras e dos direitos indígenas. O evento de lançamento foi composto de mesas-redondas com ativistas e professores ligados à causa indígena e David Martim (Karai Popygua), liderança guarani da Terra Indígena Jaraguá, bem como de apresentações da Companhia Oito Nova Dança e da cantora e etnomusicóloga Marlui Miranda. O registro em vídeo do evento pode ser visto no site do projeto http://www.indio-eh-nos.eco.br.

Na última das mesas-redondas, composta por Manuela Carneiro da Cunha (professora aposentada da Universidade de Chicago), Marta Azevedo (professora da Unicamp e ex-presidente da Funai) e Maria Rita Kehl, membro da Comissão Nacional da Verdade, Kehl se deteve sobre o slogan "Índio é nós" e buscou compreender as condições reais para a identificação entre as populações indígenas e uma parcela da maioria "não indígena" que se solidariza com os descendentes dos habitantes originários do Brasil.

A afirmação de solidariedade, ainda que retórica, já constituiria um gesto louvável em um momento em que a hostilidade do governo federal em conluio com o agronegócio, siderúrgicas, empreiteiras) contra os índios tenta consumar a expropriação e o extermínio dessas populações, alegando não apenas que os brasileiros não são índios, mas que os próprios índios teriam deixado de sê-lo, por usarem tênis, verem tevê...

No entanto, para além da retórica, haveria alguma identidade entre as forças que ameaçam as terras, a vida e o ethos indígena e aquelas que oprimem outros cidadãos? A presença de militantes do movimento Parque Augusta e do diretor do Teatro Oficina, José Celso Martinez Corrêa, na abertura da Campanha "Índio é nós" autoriza uma resposta afirmativa à pergunta, sobretudo se lembrarmos que as forças anti-indígenas atuam não apenas no meio da floresta, longe da vista de todos, mas também em área urbana. Se nos rincões do país são as hidrelétricas, o garimpo e os latifúndios que, em nome do falso progresso, desmatam, envenenam os rios e assassinam os índios, numa megalópole como São Paulo, são a especulação imobiliária, as brechas na regulamentação urbanística e a falta de dispositivos específicos de proteção às terras indígenas que ameaçam, por exemplo, os Guarani do Jaraguá, citados em abril deste ano em uma ação de reintegração de posse do território que ocupam.

Igualmente ameaçado por uma ação dessa natureza está o Teatro Oficina, na mira dos empreendimentos do Grupo Silvio Santos, da mesma forma que a área verde do Parque Augusta passou a constituir obstáculo ao interesse imobiliário das construtoras Setin e Cyrela. Trata-se de espaços e instituições cuja importância ecológica, política e cultural não lhes assegura a proteção necessária para continuar existindo. Donde a legitimidade da aliança entre índios e não índios empenhados na defesa de seus respectivos tekohás – termo guarani para designar não apenas o espaço físico da aldeia, mas o lugar onde se mantêm vivas as tradições, o modo de ser de um grupo.
A garantia constitucional dos artigos 231 e 232 certamente deve guiar todo o ordenamento jurídico brasileiro. E o que faz a Constituição de 1988 é simplesmente reconhecer um direito originário desses diversos povos.

No caso dos índios que habitam zonas urbanas, há o etnocentrismo dos autores de direito urbanístico, que se comportam como se não houvesse povos indígenas nas cidades. O antigo Plano Diretor Estratégico de São Paulo sofria desse "esquecimento", que o antropólogo Carlos Alberto Ricardo chamou de "amnésia periódica sobre a presença dos índios no Brasil"[1].

Antes da Constituição de 1988, foram demarcadas em São Paulo as Terras Indígenas Guarani da Barragem, com 26,3 hectares, Guarani do Krukutu, com 25,9 hectares e a menor do país, a Jaraguá, com 1,7 hectares[2]. A forma como foi demarcada já era conflitante com o conceito de terra indígena que Victor Nunes Leal trouxe ao Supremo nos anos 1960, o qual incluía não apenas a área de moradia, mas a toda a extensão necessária para as práticas e para a reprodução da comunidade, conceito que a ditadura militar (que afastou, por sinal, esse magistrado por meio do AI-5) buscou eliminar.

As terras indígenas Tenondé Porã e Jaraguá estão à espera de uma portaria declaratória do Ministro da Justiça, que garanta o reconhecimento dos limites reais dessas ocupações e homologue sua demarcação, já aprovada pela Funai. Para a assinatura imediata dessa portaria foi criada a Resistência Guarani SP, apoiada por Índio É Nós, para que o ministro cumpra seus deveres constitucionais.
Segundo o Estatuto do Índio, a demarcação das terras indígenas pelo governo federal deveria ter acabado em 1978; de acordo com a atual Constituição, em 1993.
Os Guarani de São Paulo participaram do atual processo de revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE). Em 2013, um dos pontos foi o projeto "A Cidade Como Local de Afirmação dos Direitos Indígenas", do Centro Gaspar Garcia, que gerou o livro homônimo, e incluiu uma oficina de revisão do PDE (a São Paulo, realizada pela subprefeitura Jaraguá/Pirituba no CEU Atlântica[3].

Na minuta da Proposta do Substitutivo do novo Plano Diretor Estratégico, busca-se incluir as terras indígenas no âmbito da macroárea de preservação de ecossistemas naturais e na macroárea de contenção urbana e uso sustentável (artigos 15 e 16). A solução parece acertada, pois a instituição de terras indígenas é favorável à conservação ambiental; estudo de Vincenzo Maria Lauriola mostra que "o custo extremamente baixo para a coletividade, da conservação indígena: de fato os índios preservam um patrimônio coletivo eficientemente e praticamente de graça"[4].

É certo que, mesmo após a Constituição de 1988, os planos diretores dos municípios brasileiros são marcados por uma forte falta de efetividade nos instrumentos que não reforcem os interesses da especulação imobiliária. No entanto, é importante, apesar do papel menor do Município nessa questão, que o novo Plano não seja omisso no assunto.

1. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. "Existe uma amnesia periódica sobre a presença de índios no Brasil". Entrevista especial com Carlos Alberto Ricardo. 30 nov. 2011. Disponível em http://bit.ly/1kKLxIm.

2. Tsdot da Tamsuão Cotuá são Guarani Yvyrupa: organização dos falantes Guarani das diversas aldeias demarcadas e a demarcar no Brasil. disponível em http://campanhaguaraniprovyrupa.org.br/?page_id=78. 2

3. CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS. Gaspar Garcia discute políticas para indígenas em reunião do Plano Diretor Estratégico, 10 de julho de 2013, acesso em http://www.gaspargarcia.org.br/noticia/gaspar-garcia-discute-pol%C3%ADticas-para-ind%C3%ADgenas-em-reuni%C3%A3o-do-plano-diretor.

4. LAURIOLA, Vincenzo Maria. Quem conserva a Amazônia? Uma análise comparada da eficiência econômico-ecológica de Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Boletim ECOECO. Out.-dez. 2006, p. 21.

Fabio Weintraub é poeta e editor.
Pádua Fernandes é jurista e escritor.

ANÚNCIOS

Leiam, difundam e anunciem!

Para anunciar no *Nossa Voz*, ou para se associar à Casa do Povo e participar da história da instituição:

info@casadopovo.org.br

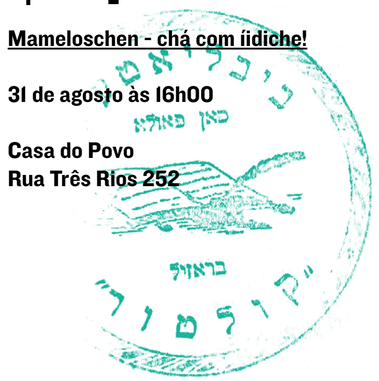
Mir seinen dó

מיר זעינען דאָ

Mameloschen - chá com íidiche!

31 de agosto às 16h00

Casa do Povo
Rua Três Rios 252



UM MUSEU QUE EXISTE NAS RELAÇÕES ENTRE SUJEITOS E OBJETOS

UM MUSEU DENOMINADO A PARTIR DE SITUAÇÕES, LUGARES E HISTÓRIAS.

UM MUSEU PARA TORNAR CERTAS COISAS, VIVAS.

MUSEU IMPOSSÍVEL DAS COISAS VIVAS
SERVIÇO DE CATALOGAÇÃO
À ESCOLHA DO POVO

MAIS INFORMAÇÕES, E SOBRE
COMO PARTICIPAR
MUSEU_IMPOSSIVEL@CASADOPOVO.ORG.BR

UN MUSEO QUE EXISTE EN LAS RELACIÓNES ENTRE SUJETOS Y OBJETOS

UN MUSEO NOMBRADO A PARTIR DE SITUACIONES, LUGARES E HISTORIAS.

UN MUSEO PARA HACER LAS COSAS, VIVAS.

MUSEO IMPØSIBLE DE LAS COSAS VIVAS
SERVICIO DE CATALØGACIÓN À ELECCIÓN DE LAS PERSONAS

MÁS INFORMACIÓNES, Y COMO PARTICIPAR
MUSEU_IMPOSSIVEL@CASADOPOVO.ORG.BR

주체와 객체의 관계 안에 존재하는 박물관
장소, 이야기와 상황으로부터 불러지는 박물관
특정의 살아있는 물체로 변화하는 박물관

살아있는 것들로부터 불가한 박물관
대중의 선택을 기록하는 기능 부서

MUSEU_IMPOSSIVEL@CASADOPOVO.ORG.BR

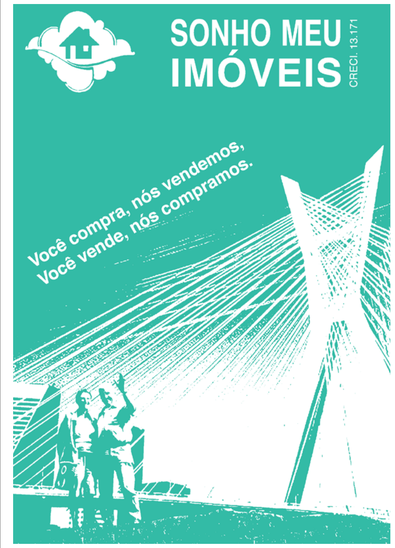
אַ מוזיי וואָס איז באַזירט אויף די באַציונגען צווישן אָביעקטן און סובייעקטן

אַ מוזיי וואָס ווערט אָנגעראָפֿן אין שייכות מיט סיטואַציעס, ערטער, און געשיכטעס

אַ מוזיי וואָס גיט עטלעכע זאַכן די מעגלעכקייט צו ווערן לעבעדיק

אַן אוממעגלעכער מוזיי פֿון לעבעדיקע זאַכן אָן אַרכיוו געשאַפֿן לטובה דעם פֿאָלק

MUSEU_IMPOSSIVEL@CASADOPOVO.ORG.BR



Preencha o questionário encartado nesta edição e contribua com o mapeamento dos desejos urbanos. Após preenchido, deposite em uma das urnas localizadas na Casa do Povo e na Oficina Cultural Oswald de Andrade. O formulário também estará disponível no blog do Nossa Voz.

A cidade está à venda.

Quem pagar mais leva tudo!

Aproveitando o boom imobiliário lançamos a

SONHO MEU IMÓVEIS:

"Você compra, nós vendemos. Você vende, nos compramos"

Cidade limpa, cidade linda, cidade cinza.

contato: 11 983393578
sonhomeuimoveis13171@gmail.com

VOZES DE NOSSA VOZ

Perguntas para Hugueta Sendacz

Nossa Voz Qual era a principal função do jornal? (o jornal ficou ativo de 1947 até 1964 e voltou a funcionar em 2014)
Hugueta Sendacz O jornal foi criado para divulgar os princípios adotados na reunião do IKUF (Idishe Kultur Farband – União da Cultura Iídiche) em Paris em 1937. Sua principal função era divulgar a cultura iídiche progressista, noticiando acontecimentos importantes na política nacional e mundial, nas artes dramáticas e musical, nas atividades escolares, nas atividades sociais e auxiliar no congraçamento da coletividade judaico-progressista.

Foto: Camila Picolo

NV Qual a sua memória mais viva do jornal *Nossa Voz*? O seu marido, José Sendacz, escrevia para o jornal?
HS Minha memória mais viva era a expectativa de receber cada número e me atualizar com os acontecimentos políticos, culturais e sociais publicados. José Sendacz era colaborador assíduo e escrevia muitos artigos para o jornal. Artigos literários, poéticos e também sociais e políticos. Era um jornal muito bem elaborado, com excelentes profissionais. O editor chefe Hersch Schechter era um jornalista de primeira, fazia traduções do francês, inglês, alemão, russo, era uma pessoa fantástica.

NV A senhora fala que recebia o jornal em casa. Como era feita essa distribuição?
HS A distribuição era feita exclusivamente por assinatura, a grande maioria dos assinantes morava no Bom Retiro. Havia também assinantes de outros bairros, cidades e países. Eu sei de muitas pessoas que moravam fora do Brasil que assinavam o *Nossa Voz*. Nós mesmos assinávamos jornais de Nova York, Paris, Buenos Aires; era comum esse intercâmbio.

NV Marcos Ajzenberg (membro do comitê editorial, entrevistado na edição nº1011) comentou em uma reunião do comitê editorial que a parte em português era mais direcionada aos jovens, filhos dos imigrantes judeus, e tinha a intenção de retratar a vida social da comunidade. A senhora tem essa impressão também? Como o jornal se relacionava com os jovens da época?
HS A parte em português não era somente dirigida aos jovens mas também às pessoas que não sabiam ler iídiche, que através dessa leitura em português podiam se informar e assim atualizar seus conhecimentos das matérias publicadas. O jornal trazia também notícias do Clube I. L. Peretz e da Colônia de férias Kinderland, em seções específicas.
Havia também a revista *Reflexo*, um apêndice do *Nossa Voz*, que era distribuída uma vez por semana, e essa sim era direcionada à juventude e era toda feita em português.

NV *Nossa Voz* era o único jornal em iídiche que circulava pela cidade?
HS Aqui em São Paulo havia um outro jornal em iídiche, de direita, que concorria com *Nossa Voz*.

NV A senhora se lembra quando o jornal foi fechado pela ditadura militar? Como isso repercutiu na comunidade do Bom Retiro?
HS Havia uma expectativa de que isso pudesse acontecer, mas não da forma que foi. Não saberia dizer em detalhes como aconteceu, mas foi muito brutal. Eles entraram na redação que ficava na Ribeiro de Lima e chegaram quebrando tudo, destruíram os linotipos, empastelaram tudo, foi muito traumatizante. Lembro bem do impacto que isso causou para nós, leitores assíduos do jornal. O impacto da perda do jornal foi muito grande para o nosso pessoal e para a coletividade em geral e um motivo de satisfação para aqueles que sempre nos combateram. Depois disso muitos associados abandonaram a Casa do Povo por medo de serem perseguidos. Nós sabíamos que a situação era precária para todos, que estavam prendendo e torturando pessoas, mas nunca esperávamos que chegasse a um ponto como aquele, tão violento. Então é uma situação que não tem como esquecer.

NV As pessoas que trabalhavam no *Nossa Voz* foram presas e perseguidas?
HS Muitos dos redatores do *Nossa Voz* saíram do país após o empastelamento, e alguns se exilaram no Uruguai, só retornando para o Brasil depois da anistia.
Prenderam muita gente, eu sei de alguns conhecidos meus, que nem eram ativistas mas que deram asilo a amigos por algumas noites e acabaram presos. Na minha casa também abriguei muitas vezes pessoas que estavam sendo perseguidas, felizmente não nos aconteceu nada, mas estava todo mundo de sobreaviso. Porém não era por isso que íamos fechar a porta para essas pessoas que estavam apenas lutando por seus ideais. Nossa casa esteve sempre aberta.

NV Qual é a sua expectativa em relação ao papel do *Nossa Voz* nos dias de hoje?
HS Minha expectativa é que o jornal *Nossa Voz* possa continuar a trajetória interrompida pela repressão e censura. Também espero que continue a registrar o trabalho cultural, social e político do ICIB/Casa do Povo e de manter vivos nossos princípios e tradições de lutas por um mundo melhor. Quando peguei a primeira edição dessa nova fase do *Nossa Voz* chorei de emoção. É muito gratificante ver que tem jovens fazendo um trabalho de continuidade de ideais que foram tão bonitos. Claro que o jornal não vai ser igual como era antigamente, tudo se modifica, mas o essencial, as raízes, os fundamentos, são os mesmos, a base é a mesma, mas a forma de fazer é diferente, e é natural que seja assim.

NV É muito importante que o jornal seja uma ferramenta de comunicação e ação para o bairro, e que consiga conquistar novamente um lugar de importância na vida comunitária do Bom Retiro. Quais dicas a senhora, que acompanhou o *Nossa Voz* antigo, daria para que esse projeto ganhe força e passe a fazer parte do dia a dia das pessoas?
HS Também acho que é importantíssimo o jornal realmente ser a "Nossa Voz" da nossa comunidade e também do bairro do Bom Retiro, que acolheu todos os imigrantes que aqui vieram construir suas vidas. Só me resta desejar que o jornal *Nossa Voz* tenha vida longa e que mantenha a qualidade do primeiro número lançado!

Hugueta Sendacz é uma das fundadoras da Casa do Povo e membro de seu conselho deliberativo. É a maestrina do Coral Tradição, que canta exclusivamente em iídiche.

FICHA TÉCNICA

Curadoria Benjamin Seroussi e Mariana Lorenzi

Produção Anamauê
Fotografia Luiza Sigulem e Camila Picolo
Projeto gráfico Estúdio Campo
Gráfica Meli-Melo e Performance
Revisão Alícia Toffani

Artistas e coletivos convidados Amilcar Packer, Bernardo Zabalaga, Beto Shwafaty, GIA Bahia, Kuki Shin e Bong Koo (Estudio Jaguenguein), Pedro Wirz e Voodoohop.

Comitê editorial Amilcar Packer, Bernardo Zabalaga, Benjamin Seroussi, Beto Shwafaty, Celso Curi, Daniel Lie, Estúdio Campo, GIA Bahia, Jairo Degenszajn, Kuki Shin e Bong Kooh (Estudio Jaguenguein), Lilian Starobinas, Luiza Sigulem, Marcos Azjemberg, Mariana Lorenzi, Michelle Gonçalves, Mila Zacharias, Nina Kunston, Pedro Wirz, Valéria Piccoli e Voodoohop.

Instituições parceiras Arquivo Histórico Municipal, FabLab, Oficina Cultural Oswald de Andrade, Pinacoteca do Estado de São Paulo e SESC Bom Retiro

jornalnossavoz.wordpress.com

Para ver as edições antigas do jornal acesse **www.memoria.bn.br**

Produção:
anamauê

Parceiros:
PINACOTECA SÃO PAULO
GARAGEM FAB LAB
POIESIS ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA
OC OFICINAS CULTURAIS

Realização:
CASA DO POVO

Projeto realizado com o apoio do **Proac**

ACONTECE NO BAIRRO

Casa do Povo

1 a 16 de agosto

Biomashup

Concebido pelo coreógrafo Cristian Duarte, Biomashup pode ser introduzido como um estudo da variedade de presença dos movimentos. Parte do interesse em estudar, junto a um grupo de performers, outros caminhos e bibliotecas do corpo em uma dança (de)compositiva, amplificada pela pesquisa sonora, que se constrói entre acordos sensoriais.

23 e 24 de agosto

6ª Feira Tijuana de Arte Impressa

Realizada em parceria com a Galeria Vermelho, Oficina Cultural Oswald de Andrade e Anamauê, a 6ª edição da feira reúne editoras nacionais e internacionais que mostram seus trabalhos em forma de livros de artistas, pôsteres, gravuras, etc. O evento também reúne uma série de conversas, oficinas e exposições. Neste ano a Casa do Povo terá uma mesa dedicada à publicações de crítica de arte e cultura.

Pinacoteca

17 de julho a 2 de novembro

Guillermo Kuitca: Filosofia para princesas – Obras 1980-2013

Com cerca de 50 obras, entre pinturas, desenhos e uma instalação, a mostra reúne trabalhos produzidos durante toda a sua trajetória artística. Kuitca (Buenos Aires, 1961) é considerado um dos mais importantes pintores latino-americanos, e sua obra trata de temas como deslocamento, isolamento, solidão e representações abstratas de espaço, como mapas, planos de teatro e plantas arquitetônicas.

24 de julho a 18 de outubro

Mira Schendel

Exposição retrospectiva da artista suíça, naturalizada brasileira, Mira Schendel, que ao lado de seus contemporâneos Lygia Clark e Hélio Oiticica, reinventou a linguagem do Modernismo Europeu no Brasil. A mostra é organizada pela Pinacoteca do Estado São Paulo e a Tate Modern, Londres, em associação com a Fundação de Serralves Museu de Arte Contemporânea, Porto.

Oficina Cultural Oswald de Andrade

27 de junho a 11 de agosto

Cais ou Da Indiferença das Embarcações

Velha Companhia
Texto e direção: Kiko Marques
A peça remonta um cais, onde a história de três gerações de uma família moradora da Ilha Grande é contada pelo ponto de vista do velho barco do local. O espetáculo recebeu 19 indicações a prêmios em 2013: conquistou o Shell, o APCA e o Aplauso Brasil (Melhor Autor) e o Prêmio Qualidade Brasil (Melhor Diretor).

17 a 23 de julho

Workshop de Intervenção Urbana – Sivyati

Coordenação: Bernardo Zabalaga
A partir da exploração do entorno da Oficina, os participantes desenvolverão uma performance coletiva. Utilizando retalhos que são descartados pelas lojas do Bom Retiro para construir figurinos, o grupo irá criar uma intervenção que tem como gatilho a ideia de um cortejo que percorrerá as ruas do bairro no fim da tarde, num contrafluxo do movimento da hora do rush.